

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

**G** BOLETIM  
GOIANO *de*  
eografia

INSTITUTO DE ESTUDOS  
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 22 - N.º 1 - JAN./ JUN. 2002

# ILUMINANDO O LUGAR: TRÊS ABORDAGENS (Relph, Buttimer e Harvey)\*

Luiz Felipe Ferreira \*\*

## LABERINTO

*No habrá nunca una puerta. Estás adentro / Y el alcázar abarca el universo / Y no tiene ni anverso ni reverso / Ni externo muro ni secreto centro. / No esperes que el rigor de tu camino / Que tercamente se bifurca en otro, / Tendrá fin. Es de hierro tu destino / Como tu juez. No aguardes la embestida / Del toro que es un hombre y cuya extraña / Forma plural da horror a la maraña / De interminable piedra entretrejida. / No existe. Nada esperes. Ni siquiera / En el negro crepúsculo la fiera.* (JORGE LUÍS BORGES)

O espaço, ou o lugar interior, e o corpo que é compreendido neste espaço não são diferentes que por nosso pensamento. Pois, com efeito, a mesma extensão em comprimento, largura e profundidade que constitui o espaço, constitui o corpo. (DESCARTES<sup>1</sup>)

O espaço não é nenhum conceito empírico tirado de experiências externas [...]. O espaço é uma representação necessária, a priori, que serve de fundamento a todas as intuições externas [...]. Ele é, portanto, considerado a condição da possibilidade dos fenômenos e não uma determinação dependente destes [...]. O espaço não é nenhum conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura. (KANT<sup>2</sup>)

---

\* O presente texto é uma versão modificada do artigo *Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo*, publicado na Revista Território, n. 9, jul./dez. 2000, p. 65-83. A presente abordagem, centrada em três autores, busca aprofundar o conhecimento sobre seus trabalhos referentes ao conceito de lugar.

\*\*Doutorando em Geografia pelo PPGG da UFRJ. E-mail: felipeferreira@pobox.com

<sup>1</sup> *Les Principes de la philosophie*, 2 partie, § 10, apud RUSS, 1991.

<sup>2</sup> *Crítica da razão pura. Estética transcendental*, § 2.º.

## 1. Edward Relph

Em seu livro *Place and placelessness*, publicado em meados da década de 70, Edward Relph seria o primeiro geógrafo a considerar a fenomenologia como base capaz de criar um laço comum entre aqueles geógrafos que, na época, discordavam dos comportamentalistas neo-positivistas. Estes advogavam uma visão mecanicista da Geografia, ligada à psicologia comportamental e aos conceitos estruturalistas (HOLZER, 1992). Tal posicionamento teórico, conhecido como Nova Geografia, iria criticar a Geografia Clássica considerando-a “uma tediosa descrição de acontecimentos” (GOMES, 1996, p. 257) sem ligação geral e teórica. Apesar de admitirem e compreenderem que a realidade é única e que as coisas são diferentes, os adeptos da Nova Geografia, consideram que a perspectiva científica de seu enfoque irá compensar a perda do detalhe através de construções teóricas gerais. O espaço não mais seria considerado, através da perspectiva Kantiana, como absoluto. A Nova Geografia irá, ao contrário, conceber “um espaço relativo, no qual a localização depende do gênero de coordenadas escolhidas” (GOMES, 1996, p. 259).

A Nova Geografia, ao buscar se organizar como uma ciência teórica, irá desenvolver métodos de verificação a partir da lógica e da matemática. Ratzel, com seu determinismo ambientalista, seria resgatado através de sua releitura atualizada por novos métodos e técnicas que teriam “a possibilidade de apresentar a face verdadeiramente científica do determinismo moderno” (GOMES, 1996, p. 265). A análise espacial passa a ser o principal objeto desta Geografia, que se vale da teoria dos sistemas para compreender os fenômenos. O conceito de lugar é abandonado em detrimento do de espaço, considerado como um simples meio de análise.

Será exatamente a recuperação da importância do conceito de lugar a maior contribuição de Relph ao estudo da Geografia. Este conceito, como afirma HOLZER (1992), é utilizado como principal categoria espacial na Geografia Humanista, associado à base filosófica da fenomenologia e do existencialismo. Com isto, buscava-se atender à questão humanista básica, que se refere à variedade das relações entre o **ser humano** e o ambiente. Para isto, prossegue Holzer, “foram apropriados alguns pontos básicos [da fenomenologia], como: a valorização do mundo vivido (*Lebenswelt*), da experiência, da intencionalidade humana, do auto-conhecimento, das humanidades, da interdisciplinaridade e do antropocentrismo” (HOLZER,

1992, p. 236).

A aplicação dos conceitos fenomenológicos à Geografia proposta por Relph não pode ser vista, entretanto, como uma fórmula em que tais conceitos sejam aplicados diretamente. É o caráter antropocêntrico da abordagem fenomenológica que consistirá em sua maior contribuição. A fenomenologia não irá, deste modo, buscar uma nova linguagem para compreender o homem mas sim procurar recuperar a linguagem comum, ou seja, livrá-la das distorções incorporadas pelos significados científicos e clarificar seus usos e origens (RELPH, 1977). Cabe ao pesquisador não somente compreender – e se envolver com – a experiência do outro, mas também examinar suas próprias atitudes para com o fenômeno observado. Segundo Holt-Jensen, para a fenomenologia “não existe um mundo objetivo independente da experiência humana; todo conhecimento procede do mundo da experiência e não pode ser independente deste mundo” (1980, p. 71). Longe de se constituir uma solução fácil, a aplicação da fenomenologia à Geografia necessita de uma profunda compreensão de seus conceitos à luz do humanismo. Como o próprio Relph afirma:

A fenomenologia não é somente uma desculpa para a subjetividade, nem permite combinações diretas com conceitos geográficos existentes, nem é uma estrada fácil para a iluminação e, embora seja simpática aos princípios humanistas, não leva, necessariamente, ao humanismo. [...] Se puder ser bem utilizada na Geografia, e se puder ser combinada com as atitudes do humanismo, acredito que ela terá a oferecer interpretações radicais de experiências geográficas e sensíveis recomendações para a construção de ambientes e lugares (RELPH, 1977, p. 179).

Dois pontos seriam importantes para Relph: o fato cultural e o caráter antropocêntrico do conhecimento. Ou seja, “uma explicação só é satisfatória na medida em que é fundada sobre a compreensão das intenções e das atitudes humanas” (GOMES, 1996, p. 327). O conhecimento geográfico seria obtido através de generalizações de experiências particulares constituindo-se “em uma espécie de troca de sentido entre uma idéia geral e a experiência vivida” (*Ibidem*), uma posição subjetivista oposta ao racionalismo objetivista.

A Geografia Fenomenológica irá, deste modo, propor uma profunda identificação com o mundo e seus significados ou, como afirma RELPH

(1980), com a base mesma da existência humana. O desenvolvimento do conceito de lugar, proposto por Relph, irá desempenhar papel importante neste posicionamento de Geografia.

### 1.1. Place and placelessness: O Lugar segundo Relph

Para Relph, os geógrafos teriam falhado na exploração do conceito de lugar. Este deveria ser não somente analisado a partir de suas relações com os fundamentos fenomenológicos da Geografia, mas também através das “experiências diretas e [da] consciência que temos do mundo em que vivemos” (RELPH, 1980, p. 4).

Relph buscará em Heidegger e, principalmente, nos conceitos de autenticidade e inautenticidade, a base filosófica para sua concepção de lugar. Para Relph, existem várias formas de espaço que, apesar de estarem situadas num *continuum*, podem ser distinguidas umas das outras. Ele classifica os espaços em: (1) **espaço pragmático** ou **primitivo** - aquele da ação não-autoconsciente, associado com o contexto básico dos grupos sociais; (2) **espaço perceptual** - o espaço da ação, do sujeito, ligado às necessidades imediatas, podendo ser experimentado coletivamente; (3) **espaço existencial** ou **vivido** - refere-se ao sujeito como membro de um grupo cultural e aos significados atribuídos ao espaço, sendo o mais importante para a compreensão fenomenológica do lugar; (4) **espaço arquitetural** ou **construído** - criado deliberadamente; (5) **espaço cognitivo** - compreendido como uma construção abstrata; (6) **espaço abstrato** - o espaço das relações lógicas.

#### 1.1.1. A definição de lugar

Relph passará, então, a tentar definir lugar como um fenômeno a partir de sua essência e de suas fontes de significado. Para isso irá destacar três de suas propriedades: (1) a localização; (2) a paisagem; (3) o envolvimento pessoal.

Das três, a mais importante, para o autor, será o envolvimento pessoal, visto que a localização e a paisagem não são características que definam a experiência com o lugar, abordagem privilegiada por Relph. Este irá destacar algumas características que irão influenciar na relação do lugar com os indivíduos: (1) o tempo; (2) a comunidade; (3) os lugares privados; (4) o enraizamento.



A ligação entre o indivíduo e a comunidade com seu lugar, através do tempo, faz com que as modificações sofridas no lugar sejam incorporadas e reforçadas propiciando o surgimento da sensação de que o lugar teria mantido suas características e persistido como uma entidade distinta.

A relação entre o lugar e a comunidade se expressa na paisagem que irá desempenhar – através de seus elementos, como construções, ruas, paradas etc. – o papel de meio de comunicação. Embora importante, entretanto, a experiência comunal não é suficiente para definir a essência do lugar, visto que todos os lugares, para Relph, são experiências individuais. O lar (*home place*), mais do que a casa na qual se vive, se constituirá em um “insubstituível centro de significações” e na “fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade” (RELPH, 1980, p. 39).

O lugar seria, então, o “centro profundo da existência humana”, cuja essência estaria na “intencionalidade grandemente não-autoconsciente” (RELPH, 1980, p. 43). O significado básico do lugar não viria, portanto, de sua localização, ou de suas funções, nem da comunidade que o ocupa ou de experiências mundanas e superficiais.

Para Relph, a identidade dos lugares seria função tanto das experiências intersubjetivas quanto das aparências, possuindo diversos componentes e formas que variam com a mudança das circunstâncias e das atitudes. Tal identidade deverá ser considerada em termos (1) de seus componentes constituintes; (2) das formas e níveis de externidade (*outsideness*) e internidade (*insideness*), ou seja, da identidade com o lugar; (3) das ligações das imagens de lugares (sejam elas individuais, do grupo ou de massa) com sua identidade; (4) dos modos pelos quais identidades se desenvolvem, são mantidas e se modificam.

Para Relph, os três componentes constituintes básicos da identidade de lugares são: a localização física estática, as atividades e os significados. Destaca, ainda, um outro aspecto da identidade de lugar que, embora envolvendo enfoques relacionados a seus três elementos básicos, persiste, mesmo após profundas modificações sofridas por eles. O autor chama este elemento de “espírito do lugar”, “sentido do lugar” ou “gênio do lugar” (*genius loci*). Este “espírito do lugar”, que se mantém, mesmo através das mudanças, é sutil e nebuloso e não facilmente analisável em termos formais e conceituais. Entretanto, ao mesmo tempo, “é singelamente óbvio em nossa experiência de lugares visto que ele se constitui na própria individualidade

e singularidade de lugares” (RELPH, 1980, p. 48-9).

Relph prossegue afirmando, entretanto, que a essência do lugar se define, na verdade, através da experiência da internidade em oposição a de externidade. Quanto mais profundamente se está dentro de um lugar mais forte a identidade com ele. O dualismo interno-externo se apresenta, deste modo, como fundamental na concepção da essência de um lugar. Entretanto, “na medida em que nossas intenções variam, modificam-se também os limites entre interno e externo. Conseqüentemente, existem muitos níveis possíveis de internidade” (RELPH, 1980, p. 50). A partir desta constatação, ele propõe uma classificação em 7 diferentes níveis: (1) **externidade existencial**, uma profunda alienação em relação a todos os lugares; (2) **externidade objetiva**, compreensão dos lugares como conceitos e localidades; (3) **externidade incidental**, considera os lugares como panos de fundo para outras atividades; (4) **internidade vicária**, refere-se a experiência de lugares através de romances ou outros meios de comunicação; (5) **internidade comportamental**, a presença física em um lugar; (6) **internidade empática**, envolvendo participação emocional com o lugar; (7) **internidade existencial**, um compromisso total e não-autoconsciente com o lugar.

Partindo do princípio que a imagem de um lugar é socialmente estruturada, Relph, então, busca associar esta imagem com sua identidade e compreendê-la através (1) do **indivíduo** - através de suas imagens particulares correspondentes a seu próprio conjunto de lembranças e sensações; (2) do **grupo** ou **comunidade** - através de linguagens e experiências comuns; (3) do **consenso** ou da **cultura de massa** - através do compartilhamento da identidade pública ou da identidade de massa do lugar. Destas últimas, a primeira (do consenso) seria a imagem comum a várias comunidades, a segunda (da cultura de massa), mais superficial e estereotipada, seria aquela construída pelos meios de comunicação.

O processo de desenvolvimento de identidade de um lugar seria uma combinação de observação e de expectativas anteriores em direção a uma imagem estável do lugar. A manutenção dessa identidade será uma função da manutenção de sua legitimação dentro da sociedade, ou seja, da manutenção dos significados dos símbolos do lugar. Relph destaca dois caminhos para o fim da identidade de um lugar: (1) A mudança das condições ambientais que pode “torná-lo inadequado para os propósitos de interação social e comportamento individual”; (2) as “modificações nas atitudes, na

moda ou noutros aspectos do sistema de crenças” (RELPH, 1980, p. 60).

Baseando-se nos níveis de internidade/externidade elaborados por Relph estabelecem-se sete tipos de identidade com o lugar: (1) para a **internidade existencial**, o lugar é vivido, dinâmico e carregado de significados; (2) para a **internidade empática**, o lugar é memória, registro, expressão de valores culturais; (3) para a **internidade comportamental**, o lugar é um ambiente, uma paisagem; (4) para a **externidade incidental**, o lugar se constitui de funções selecionadas; (5) para a **externidade objetiva**, o lugar é uma dimensão de localização ou um espaço de objetos localizados; (6) para a **externidade existencial**, o lugar é sempre incidental e representa um envolvimento não alcançável; (7) para a **identidade de massa**, o lugar é algo que pode ser modificado e manipulado.

A partir dos conceitos fenomenológicos de autenticidade e inautenticidade (HEIDEGGER, 1986; SARTRE, 1976), Relph irá destacar dois sentido de lugar derivados da atitude autêntica em relação a eles: (1) O **sentido não-autoconsciente de lugar**; (2) o **sentido autoconsciente de lugar**. Na experiência não-autoconsciente de lugar os dois termos da relação (sujeito e objeto/pessoa e lugar) são substituídos pela própria relação num processo característico de culturas pré-industriais. Na experiência autoconsciente de lugar, os lugares se tornam objetos de compreensão e reflexão, um processo representado pela relação de alguém de fora (*outsider*) buscando vivenciar o lugar tão abertamente quanto possível.

As abordagens autoconsciente e não-autoconscientes irão produzir diferentes expressões quanto à criação de lugares. O procedimento não-autoconsciente irá-se utilizar de soluções tradicionais para resolver problemas tradicionais. O procedimento autoconsciente associado ao sentido autêntico de lugar pode gerar novas soluções para os problemas e o surgimento de lugares que aliam a harmonia interna à adaptação a seu contexto. Lugares criados não-autoconscientemente são caracterizados “por uma ausência de pretensões estéticas e teóricas” e se constituem em “trabalhos com sítio e clima” (RELPH, 1980, p. 68), lugares criados autoconscientemente e autenticamente geralmente são reflexos da criação individual, em oposição à comunitária, e refletem “uma concepção clara e completa do homem assim como uma sensibilidade com relação às significações do lugar na vida cotidiana” (RELPH, 1980, p. 71).

Para Relph, portanto, o lugar possui grande importância na experiência humana. Seus processos de manutenção e de criação precisam ser



compreendidos e estudados para que não se percam, evitando-se, com isso, o enfraquecimento de suas experiências e entidades com o conseqüente surgimento da deslugaridade (*placelessness*). Em resumo, precisamos compreender o lugar para evitarmos a deslugaridade.

### 1.1.2. Relph e a deslugaridade

Paralelamente ao desenvolvimento, em bases fenomenológicas, do conceito de lugar, Relph irá desenvolver a idéia de deslugaridade. De acordo com o autor, na sociedade atual, a diminuição do número de lugares significantes e paisagens diferenciadas estaria apontando para o surgimento de uma Geografia do deslugar. Como conseqüência disto, estaríamos sendo subjugados pela força da deslugaridade e pela perda de nosso sentido de lugar. O autor compreende que a uniformização geográfica e cultural é um fenômeno que está longe de ser novo. A novidade, no caso da deslugaridade atual, seria a grande escala do fenômeno e a “virtual ausência de adaptação a condições locais” (RELPH, 1980, p. 79). Relph reconhece que a deslugaridade está se tornando crescentemente dominante e, como conseqüência, torna-se cada vez menos possível a criação autêntica de lugares e a fruição de um sentido profundo de lugar.

Heidegger contribuirá, mais uma vez, com seu conceito de inautenticidade, desta vez para embasar o raciocínio de Relph em relação à deslugaridade. Esta seria “não somente tão necessária e tão viável na existência humana quanto a autenticidade mas também [...] característica na vida normal e cotidiana – agimos como os outros agem, sem refletir, porque este é o comportamento aceito” (RELPH, 1980, p. 80).

Duas formas de inautenticidade são percebidas pelo autor: (1) uma inconsciente, na qual o indivíduo é regido pelo “eles” sem refletir sobre o assunto; (2) outra, na qual o interesse público passa a manipular os objetos, assumindo um espaço e tempo homogêneos. Para exemplificar esta forma de inautenticidade, Relph irá buscar em ELLUL (1967) o conceito de *technique*, através do qual “a atenção é dirigida aos objetos e a preocupação e cuidado com as coisas, ao melhor meio de se atingir objetivos estreitamente definidos” (RELPH, 1980, p. 81).

Segundo Relph, uma atitude inautêntica em relação ao lugar se manifesta na ausência do sentido de lugar, na não preocupação com as expressões simbólicas dos lugares, com suas identidades sendo “meramente

uma atitude social e convenientemente aceitável – um estereótipo aceito acriticamente, uma moda intelectual e estética que pode ser adotada sem um envolvimento real” (RELPH, 1980, p. 82). Tal atitude pode ser (1) não-autoconsciente, representada por uma aceitação acrítica dos valores de massa (o *kitsch*) ou (2) autoconsciente, caracterizada por um compromisso com técnicas objetivistas e buscado alcançar um nível de eficiência (planejamento baseado em *technique*).

O *kitsch*, para Relph, abordaria o lugar como coisa da qual o homem é alienado<sup>3</sup> e onde “o trivial ganha significação e o significante é trivializado, o fantástico é transformado em real, o autêntico é rebaixado e o valor é medido quase que totalmente em termo das qualidades superficiais de custo, cor e forma” (RELPH, 1980, p. 83). O lar – “sentimentalizado” e “comercializado” – e o turismo – onde “o julgamento individual e autêntico sobre lugares está quase sempre subordinado a opiniões especializadas ou socialmente aceitas” (*Ibidem*) – são dois exemplos, citados por Relph, desta atitude inautêntica em relação ao lugar.

Procurando entender como a deslugaridade é transmitida, Relph identificará cinco meios (*media*): (1) a **comunicação de massa**; (2) a **cultura de massa**; (3) os **grande negócios**; (4) a **autoridade central**; (5) o **sistema econômico**, que englobaria todos os outros. Estes não estão isolados uns dos outros mas se combinam e se complementam.

Os meios de comunicação de massa modernos reduziram a necessidade de contato face a face tornando possível que problemas sejam solucionados de um modo generalizado – livre das necessidades do lugar – em detrimento de soluções locais e específicas. Além disso, o próprio crescimento, em número e tamanho, das estradas e dos aeroportos – impostos na paisagem e, por si só, elementos da deslugaridade –, ao tornar possível, e incentivar, o movimento de massa irá contribuir para a expansão da atitude inautêntica em relação ao lugar. Como consequência desses movimentos de massa (tanto de pessoas quanto de idéias), os valores de massa, formulados pela indústria, governo e *designers*, irão uniformizar produtos e lugares que passam a ser criados “para pessoas com necessidades e gostos supostamente uniformes” (RELPH, 1980, p. 92). Tais lugares,

---

<sup>3</sup> Moles (1972) destaca a idéia de inautenticidade presente na própria origem alemã da palavra *kitsch*.

chamados por Relph de lugares outrem-dirigidos (*other-directed places*), se constituem em exemplos perfeitos da relação entre cultura de massa e deslugaridade. O turismo e suas paisagens, por exemplo, irão gerar lugares que nada refletem das pessoas que nele vivem e trabalham e onde se aplicam os conceitos de disneyficação, museimização, futurização e subtopia.

Relph considera que a disneyficação seja o apogeu do lugar outrem-dirigido e define tais lugares disneyficados como absurdos, sintéticos e “feitos de uma combinação surrealista de história, mito, realidade e fantasia que possuem pouca relação com localizações geográficas particulares” (RELPH, 1980, p. 95). Em um sentido mais profundo, a disneyficação representa a crença na modificação e no domínio da natureza, onde a história e os mitos são colocados sob controle e expressa “atitudes subjacentes às conquistas tecnológicas que permitem tal domínio” (RELPH, 1980, p. 99).

A museimização, por sua vez, busca fazer os lugares corresponderem à nossa imagem de um passado congelado e imutável recriado através da “preservação, reconstrução e idealização da história” (RELPH, 1980, p. 101). Exemplos de museimização seriam as reconstituições de fortes, cidades pioneiras e castelos.

Similar a museimização, a futurização – ou “a criação autoconsciente de paisagens e lugares futuristas” (RELPH, 1980, p. 103) – olha, entretanto, para a frente, de um modo ainda mais convicto e deliberado que a disneyficação. Relph cita, como exemplo, as grandes exposições internacionais – e suas tentativas de criar lugares a frente de seu tempo – que, ao buscarem desenvolver paisagens inovativas, se utilizam de princípios tecnológicos padronizados e “internacionais”, portando deslugarizados.

Relph irá buscar em Nairn (1965) o conceito de subtopia. Esta seria a tradução das características da outrem-direção, da comercialização e da disneyficação para as paisagens das áreas periféricas das cidades. Exemplos de subtopia são os conjuntos habitacionais de subúrbios com suas casas ou prédios infinitamente idênticos, as artérias comerciais com seus letreiros, placas e áreas de estacionamento e os *shopping-centers*.

Os grandes negócios – através de sua ação direta ou das necessidades ditadas por eles – são, para Relph, a causa da existência das paisagens do turismo e da subtopia. “Ao criar produtos visando o lucro, parece que os lugares merecem pouca atenção, seja na produção, no gerenciamento ou na comercialização desses produtos ou em seu uso na paisagem” (RELPH, 1980, p. 109).

Assim como os grandes conglomerados vêm substituindo os pequenos negócios, nos dois últimos séculos, a iniciativa local também vem sendo substituída pelo governo centralizado. A ação deste poder centralizado sobre a paisagem dos EUA pode ser notada na utilização de modelos padronizados de casas, estradas, pontes e, menos obviamente, “na aplicação de ordenações nacionais, controles de desenvolvimento e legislação que, direta ou indiretamente, afetam a prática do uso da terra” (RELPH, 1980, p. 115).

Ao final de suas considerações Relph irá propor uma Geografia do Deslugar, em oposição à Geografia Científica (também chamada por ele de Geografia Experiencial ou Geografia Autêntica). Esta estaria ligada às questões do lugar, da experiência imediata com o mundo vivido, dos “lugares que são sentidos e compreendidos pelo que são”. Uma Geografia “produto dos esforços dos *insiders*, daqueles vivendo e se comprometendo com o lugar” (RELPH, 1980, p. 117). A Geografia do Deslugar, ao contrário, estaria voltada para as atitudes inautênticas em relação ao lugar, para o *kitsch*, para a *technique*, para os padrões de construções sem sentido.

Ao final de seu livro, Relph irá apontar alguns caminhos e perspectivas com relação às ações necessárias para podermos alcançar uma relação autêntica com o lugar. Para ele, a inautenticidade expressa nos deslugares característicos da sociedade ocidental contemporânea precisa ser compreendida em sua essência para que se encontrem caminhos que levem a relações autênticas e existenciais com os lugares.

Em um mundo onde cada vez mais se amplia a experiência da deslugaridade, a principal perspectiva quanto à manutenção e à revivescência dos lugares reside não na preservação de velhos lugares (museimização), nem no retorno às antigas formas de criação de lugares, mas sim na transcendência da deslugaridade obtida através de uma atitude correspondente a uma autenticidade autoconsciente que pode “prover uma base verdadeira para o otimismo em relação aos lugares na medida em que possamos vivenciar as responsabilidades demandadas por ela” (RELPH, 1980, p. 145). Tais responsabilidades incluiriam o desenvolvimento de circunstâncias favoráveis ao surgimento da variedade e, por conseguinte, a lugares diferenciados que possam dar “ritmo, orientação e identidade ao homem” (RELPH, 1980, p. 146). Tais lugares devem ser criados “a partir de experiências significativas” e da percepção que cada caso deve ser compreendido de acordo com suas próprias características “e não de abstrações e conceitos arbitrários como os representados em mapas e plantas”



(*Ibidem*). Em resumo, a criação de lugares, em um contexto no qual as experiências inautênticas tendem a crescer continuamente, é algo que não pode ser realizado de um modo pragmático, mas sim deve ser abordado através da perspectiva do mundo vivido tanto do cotidiano quanto das experiências excepcionais.

## 1.2. A contribuição de Relph

A principal contribuição de Relph ao estudo da Geografia e ao conceito de lugar terá sido considerá-lo em sua dimensão fenomenológica. Relph foi o primeiro a levar em conta “as possibilidades da fenomenologia como aporte filosófico capaz de unir todos estes geógrafos que já não aceitavam ser incluídos entre os comportamentalistas” (HOLZER, 1992, p. 187). O lugar não só adquire identidade e significado através das intenções humanas em relação a ele, mas também os reflete em seus atributos físicos objetivos – tais como sua disposição física e as atividades que têm lugar nele. O lugar, para Relph, não pode ser compreendido sem ser “experienciado” (COSGROVE, 1978).

Ao revalorizar o lugar como *locus* do fato cultural e do conhecimento humano, Relph estaria dando uma resposta subjetivista ao racionalismo objetivo de raízes positivistas presente nos conceitos da Nova Geografia. O lugar deixaria, portanto, de ser visto como *locus* dos fatos (SAUER, 1998) para ser compreendido como “uma profunda e imediata experiência do mundo que é ocupado com significados e, como tal, é a própria base de existência humana” (RELPH, 1980:5).

Além de se opor à visão cartesiana do mundo, à ciência positivista e ao cientificismo, o método fenomenológico preconizado por Relph “iria permitir o reconhecimento e descrição das ‘essências’ da estrutura perceptiva, rejeitando as aproximações mecanicistas da ciência e valorizando o mundo da experiência humana” (HOLZER, 1992, p. 189).

## 2. Anne Buttimer

Assim como Relph, Buttimer buscará na fenomenologia a base para sua concepção de lugar. A autora considera que o espaço constitui “um *continuum* dinâmico no qual o experimentador vive, se move e busca significados” (BUTTIMER, 1976, p. 282). Entretanto, diferentemente de

Relph, Buttimer buscará uma aproximação entre a fenomenologia e o existencialismo, propondo uma Geografia que dê “relevância às questões referentes às pessoas em vários contextos” unindo a bordagem fenomenológica das condições e expectativas de vida no mundo cotidiano à intenção existencialista de “ajudar as pessoas a alcançarem uma consciência plena de seu ‘mundo’ através de escolhas e decisões esclarecidas” (HOLZER, 1992, p. 232). Buttimer se baseará na constatação de que fenomenologia e existencialismo buscam não só reunir os valores e os fatos, ou os valores e agentes das ações, mas também *compreender* os significados e os valores. A fenomenologia existencial abraçada pela autora irá “abarcara a totalidade do ser através da percepção, pensamento, símbolos e ação” (HOLZER, 1992, p. 192), na qual o corpo passa a ser considerado como um ponto de vista sobre o mundo (MERLEAU-PONTY, 1976). Para a fenomenologia existencial “os valores emergem de um diálogo criativo entre o homem e o seu ambiente” realizado através um “encontro intersubjetivo entre as pessoas e o meio” (HOLZER, 1992, p. 193). Esta intersubjetividade, segundo Buttimer, seria “uma ponte entre a experiência individual e a experiência social” (*Ibidem*).

Entretanto, a autora ressalta que, apesar de chegarem a conclusões similares em relação à experiência de lugar, a Geografia e a fenomenologia a investigam de modo diferente. Tais diferenças podem ser suplantadas se pudermos compreender o mundo vivido diário (*everyday lifeworld*) como uma tensão inconsciente entre forças estabilizadoras e inovativas. (BUTTIMER, 1976). Ou seja, o indivíduo irá compreender o mundo diário vivido de um modo inconsciente e, portanto, mais universal. Através do ponto de vista do lugar, o conceito de mundo vivido marcaria, tanto para a Geografia quanto para a fenomenologia, não somente “a luta pela ordem, pela predicabilidade e pela rotina, mas também a luta por aventura e mudança” (BUTTIMER, 1976, p. 285).

A literatura, abordando o tema do lugar, revela que a identidade cultural está intimamente ligada à identidade com o lugar. Existem diversas dimensões para os significados relacionados com o lugar: simbólica, emocional, cultural, política e biológica. Deste modo, as pessoas possuem diversos níveis de associação com o lugar. Tais níveis podem ser pessoais ou sociais, existindo, assim, uma verdadeira rede de interações e afiliações baseadas no lugar. Buttimer argumenta que protestos sobre o significado do lugar geralmente irrompem quando “valores fundamentais associados com

qualquer um desse níveis de experiência são desafiados” (BUTTIMER, 1980, p. 167), sejam estes valores percebidos consciente ou inconscientemente. No momento atual, em que os transportes e os sistemas de comunicação realizam um encolhimento do mundo e uma nivelção da diferença entre os lugares, parece natural “no contexto urbano que a questão da identidade local se torne politicamente articulada” (BUTTIMER, 1980, p. 168).

### 2.1. A Fenomenologia-Existencialista

Para Buttimer, a ciência e a filosofia do passado não conseguem compreender a necessidade de se reconciliar o conhecimento e a ação do mundo atual. A fenomenologia, ao contrário, ao desafiar premissas e procedimentos positivistas – através de críticas ao reducionismo, à racionalidade e à separação entre sujeito e objeto da pesquisa empírica – seria a melhor porta-voz dessa tarefa. Entretanto, segundo a autora, tanto a fenomenologia quanto o existencialismo possuem respostas prontas para os problemas epistemológicos que a ciência atual deve enfrentar. Ambos devem ser entendidos como perspectivas “que apontam em direção a novas facetas da investigação geográfica” (BUTTIMER, 1976, p. 278). Buttimer propõe que o diálogo entre a fenomenologia e a Geografia se dê através das noções fenomenológicas de corpo sujeito (*body subject*) e intersubjetividade associadas à noção geográfica de ritmos espaço-temporais (*time-space rhythms*).

Buscando uma ponte entre fenomenologia e existencialismo a autora define a primeira como “um modo filosófico de reflexão sobre a experiência consciente e uma tentativa de explicar isto em termos de significado e significância” (BUTTIMER, 1976, p. 280) e o existencialismo como “estando mais preocupado com questões da vida – ansiedade, fanatismo, desespero, medo e esperança – do que com problemas de conhecimento e da mente” (*Ibidem*). A fenomenologia existencial buscaria um caminho que pudesse propiciar a adaptação dos métodos fenomenológicos para a compreensão do mundo vivido. Para a fenomenologia, o “mundo” é considerado como um palco sobre o qual “os sujeitos criam seus projetos de vida” (*Ibidem*). Os geógrafos, ao contrário, percebem a importância do meio – seja físico ou cultural – para dar forma à experiência. Mais do que buscar os procedimentos fenomenológicos, a abordagem geográfica proposta por Buttimer irá incorporar “o espírito do propósito fenomenológico”

(*Ibidem*). A noção de mundo vivido (*lifeworld*) irá propiciar, segundo a autora “um bom começo para o diálogo entre a Geografia e a fenomenologia” (*Ibidem*). Esta noção, porém, precisa ser trazida da dimensão pré-reflexiva do comportamento rotineiro para a consciência, de modo que ela possa permitir a empatia com o mundo dos outros.

A fenomenologia busca, além disso, romper a distinção entre modos de conhecimento subjetivos e objetivos propondo uma união entre os dois através do modo intersubjetivo ou fenomenológico. A fenomenologia, como compreendida por Buttimer, considera a importância do meio (“mundo”) na experiência humana, subentendendo, entretanto, que significados e significâncias são atribuídos pelos agentes humanos. O geógrafo, entretanto, percebe esta relação como dinâmica, ligada à economia e a conceitos como o de ecossistema.

## 2.2. Lar e horizontes de alcance

A maior contribuição de Buttimer, entretanto, para o pensamento fenomenológico geográfico será dada através da elaboração dos conceitos de lar (*home*) e horizontes de alcance (*horizons of reach*). Propondo uma solução para o problema do descompasso entre a linguagem do *insider* e a do *outsider*, Buttimer sugere que o lugar deve ser pensado em termos de dois movimentos e conceitos recíprocos: o lar e os horizontes de alcance, que seriam utilizados como parâmetros para se compreender conceitos tais como redes sociais ou *home ground*. Níveis diferentes de lar e alcance podem ser aplicados para (1) a imaginação pessoal, (2) as afiliações sociais e (3) a própria localização física do lar e alcance. Tais distinções, se mapeadas “dentro dos horizontes de tempo do espaço vivido” (BUTTIMER, 1980, p. 171), podem prover chaves para a compreensão da identidade de lugares. A harmonização destes três níveis é conceituada como centralidade (*centeredness*), sugerindo que o sentido de lugar pode ser “uma função de quão bem ele provê um centro para o interesse de vida do indivíduo” (*Ibidem*). Buttimer alerta para a diferença entre o processo de centramento (relacionado à centralidade) e a noção de centralização – “a concentração nodal de poder e energia social racionalmente planejada” (*Ibidem*). Centramento seria, dentro da perspectiva do lar e do alcance, a inspiração (lar), em contraponto à expiração (horizonte de alcance). A diferença entre centralização e centramento reproduziria a diferença de linguagem presente



na relação *outsider-insider*. Enquanto o *outsider* descreve o lugar através de substantivos (abrigo, uso da terra, fluxo de atividade, fronteira política), o *insider* busca o significado do lugar através da vida cotidiana, do fazer, mais do que do pensar. O observador fala de abrigo enquanto o residente vive o processo de *dwelling*<sup>4</sup> – termo utilizado por Heidegger “para indicar um modo de vida adaptado aos ritmos da natureza e da história” (HOLZER, 1992, p. 237). O observador mede, mapeia e infere conclusões dentro do alcance da observação, enquanto o residente incorpora a experiência de alcance em sua existência cotidiana.

Buttimer, então, sugere como primeiro passo para a solução desta oposição o escancaramento da divisão entre *outsider* e *insider*, e a ampliação da linguagem convencional do *outsider* (substantivos e imagens) para acomodar os verbos e processos da linguagem da experiência vivida do *insider*. A partir desse escancaramento, a autora define o que ela chama de armadilhas, ou seja, uma visão propositalmente “exagerada” da posição de cada um dos dois atores. A armadilha do *outsider* consiste no fato de que, como tal, olhamos para os lugar como se estivéssemos em uma posição superior e buscamos ler os textos das paisagens e dos comportamentos abertos na linguagem das imagens de mapas e modelos, o que nos leva a encontrar nos lugares aquilo que desejamos. A armadilha do *insider*, por sua vez, consiste no fato de que, ao vivermos em um lugar estamos imersos nas particularidade da vida cotidiana e não percebemos a necessidade de se questionar aquilo que é tido como certo ou de visualizar nosso lar em termos mais amplos. O desafio para ambos, *insider* e *outsider*, será buscar uma percepção consciente das idéias e práticas tidas como verdadeiras dentro de seus mundos e buscar alcançar, além dessas idéias, um diálogo mútuo. Sob este ponto de vista, lugares, que parecem grandes manchas de concreto deslugarizadas, podem possuir significados para grupos sociais específicos. Lanchonetes situadas em ruas afastadas ou em beiras de estradas podem ser lugares plenos de significados para grupos de adolescentes ou motoristas de caminhão, por exemplo.

Para Buttimer, a vida na cidade contemporânea, deslugarizada e

<sup>4</sup> A tradução para o português do termo *dwelling* (moradia) em muitos momentos se mostra insuficiente para expressar o significado de atuação direta e a ênfase na continuidade da ação expressa no sufixo inglês – *ing*. Por esta razão optamos por manter o termo original em nosso trabalho.

individualista, reduziu as perspectivas de lar e alcance dos habitantes que se adaptaram à deslugaridade. Negamos qualquer responsabilidade com nosso lugar, adotamos uma atitude de sobrevivência individual pensando somente em nosso horizonte de alcance social. Este bloqueio de outras dimensões de alcance dentro de nossa própria experiência e a redução de nossa sensibilidade com relação ao outro são, possivelmente “a mais séria conseqüência da extinção do lugar” (BUTTIMER, 1980, p. 184).

Buttimer finaliza buscando apontar caminhos para ações que possam evitar a extinção do lugar. Ao contrário de responsabilizar a centralização do mundo contemporâneo, a autora procura perceber a importância da ação tanto do *insider* quanto do *outsider* e propõe o geógrafo – “sensibilizado com a experiência de lugar do *insider* e do *outsider*, e atento a suas reciprocidades de lar e alcance em sua experiência de vida” (*Ibidem*) – como mediador.

### 2.3. Novas contribuições

Buttimer, apesar de seu vocabulário bastante próximo ao de Relph, irá, no entanto, contribuir para o avanço do significado de lugar ao compreender a relação *outsider-insider* dentro do contexto de lar e alcance. Ao abrir esta perspectiva de compreensão do lugar, a autora estará trazendo uma lufada de ar fresco aos conceitos apresentados por Relph. Enquanto este irá tentar compreender o deslugar sob uma ótica um tanto rígida, como produto de atitudes inautênticas, Buttimer desenvolverá nuances entre lugar e deslugar. A riqueza dos conceitos de lar e de alcance permitirá uma abordagem nova e singular da relação entre o ser humano e seu ambiente e uma separação mais fluida entre *insider* e *outsider*.

## 3. David Harvey

A Nova Geografia, da qual Harvey fez parte, criticava a Geografia Clássica como já apresentado na introdução deste trabalho. Apesar de admitirem e compreenderem que a realidade é única e que as coisas são diferentes, os adeptos da Nova Geografia consideravam que a perspectiva científica de seu enfoque iria compensar a perda do detalhe através de construções teóricas gerais. O espaço não mais seria considerado, através da perspectiva kantiana, como absoluto. A Nova Geografia iria, ao contrário,

conceber “um espaço relativo, no qual a localização depende do gênero de coordenadas escolhidas” (GOMES, 1996, p. 259). A análise espacial passaria a ser o principal objeto da Geografia, que se valeria da teoria dos sistemas para compreender os fenômenos.

Tendo sido um dos teóricos da Nova Geografia – sua obra *The explanation in geography* foi uma referência fundamental para o desenvolvimento da teoria analítica na Geografia –, Harvey, já naquela época, alertava não só para o perigo de se “considerar a teoria dos sistemas como uma metateoria, uma espécie de teoria das teorias”, mas também para “a possibilidade de que se desenvolva uma metafísica perigosa a partir de uma idéia de necessidade lógica universal” (GOMES, 1996, p. 268). Tal atitude já permitia prever que ele estaria entre os críticos da Nova Geografia alguns anos depois. De fato, Harvey cerraria fileiras contra o positivismo de suas idéias anteriores mas entretanto em um campo oposto ao da fenomenologia. A Geografia Radical, ou Crítica, de marcada tendência marxista iria, através da crítica à Nova Geografia, balizar a produção científica do autor.

A crítica radical questionará os princípios básicos da modelização da Nova Geografia ao considerar que o comportamento social é produto tanto de elementos gerais e determinantes quanto de outros particulares e contingentes. Entretanto, ao contrário de pregar uma volta à concepção dos fenômenos como individualidades, a crítica radical buscará um novo modelo capaz de “levar em conta as condições existentes, sem se deixar influenciar por ‘realidades desejadas’” (*Ibidem*). Ao contrário do enfoque racional, que pressupõe uma racionalidade no comportamento humano, a crítica radical partirá da realidade material para a construção de seus conceitos explicativos e combater a formulação positivista associando-as à ciência da burguesia e à legitimação do controle social. A fenomenologia para a Geografia Radical estaria ligada à aparência, cabendo a esta, em uma perspectiva marxista de cunho racionalista, a percepção das essências por trás das aparências.

### 3.1. Harvey e o lugar

Lugar, para Harvey, é uma construção social e deve ser compreendido sobre o pano de fundo da relação entre espaço-tempo e ambiente. Ao procurar compreender os processos sociais da construção do lugar, o autor propõe duas diferentes abordagens: a primeira enfocando primeiro o ponto de vista

da relação espaço-tempo e a segunda abordando o tema pelo viés do processo social.

Com relação à primeira abordagem, Harvey considera que existem dois significados possíveis para lugar. O primeiro compreende o lugar como uma posição ou localização e pode ser representado por coordenadas em um mapa ou pela nomeação de uma cidade, por exemplo. O segundo considera que o lugar representa algum tipo de permanência em uma dada localidade.

A segunda abordagem encara lugar como (1) *locus* de imaginários; (2) institucionalização; (3) configuração de relações sociais; (4) práticas materiais; (5) forma de poder; (6) elemento no discurso. O lugar é entendido, deste modo, como uma configuração de “permanências” relativas, internamente heterogêneas, dialéticas e dinâmicas, contidas na dinâmica geral de espaço-tempo de processos socioecológicos. A partir destas constatações, Harvey analisará o lugar sob diversos enfoques, buscando perceber sua essência.

A criação de novos lugares – ou a recriação de lugares já existentes – dentro do sistema capitalista, se dá como resposta às necessidades do sistema para solucionar o que Harvey chama de “crises de superacumulação” (HARVEY, 1996, p. 295). Os novos lugares assim criados formarão novas redes de lugares constituídas como “capitais fixos ligados à terra e configurações de relações sociais organizadas” (*Ibidem*). Harvey considera, inclusive, que a própria existência do dinheiro como mediador definirá significados e limites do espaço, e do tempo, na vida social (HARVEY, 1985). Tais lugares se caracterizam por variados graus de desenvolvimento sendo, por consequência, grandemente diferenciados. Deste modo, a “diferença” e a “alteridade” (*otherness*) são produzidas no espaço através da própria lógica do capitalismo que realiza seus investimentos de forma desigual, fazendo surgir divisões desiguais do trabalho, segmentação das atividades reprodutivas e a ascensão de distinções sociais espacialmente ordenadas. O padrão geográfico dos lugares, entretanto, não é predeterminado, sendo uma função da competição espacial entre eles que gerará lugares vencedores e lugares perdedores. As diferenças entre os lugares, em uma certa medida, gerarão seus antagonismos.

Outra característica ressaltada por Harvey em relação à produção de lugar no modelo capitalista refere-se à tensão entre a relativa fixidez do lugar e a mobilidade do capital. Esta crise gerará a necessidade de



reformatação do lugar através da desvalorização, destruição ou redesenvolvimento de antigos lugares e da criação de novos. Tais processos seriam cíclicos no sistema capitalista e, longe de representarem uma diminuição da significação dos lugares, demonstram que estes, em certos aspectos, se tornam mais importantes no mundo atual. Uma afirmação que vai de encontro às conclusões de Relph.

Harvey buscará as razões desse crescimento de importância em quatro considerações: (1) Em torno de 1970 houve uma radical reestruturação das relações espaço-tempo, o que alterou a localização relativa dos lugares dentro do padrão global de acumulação de capital. Lugares perderam a importância e acabaram abandonados à própria sorte. Esta insegurança com relação a seus lugares gera um questionamento por parte de seus habitantes, sobre seu significado. (2) A diminuição do preço dos transportes criou uma maior mobilidade geográfica para mercadorias e finanças, o que facilitou sua entrada e saída. Com isso, o poder monopolizante inerente a certos lugares foi muito reduzido. (3) A competição por capitais altamente móveis impulsionou a diferenciação dos lugares que passam a competir com outros pelos investimentos e pelos consumidores. (4) A ausência de projetos lucrativos que possam absorver o excesso de capital fez com que este investisse na construção especulativa de lugares. Harvey ressalta, entretanto, que a melhoria no padrão de vida representada pela criação de amenidades – tais como centros culturais, melhorias na paisagem urbana etc. –, desenvolvidas em busca de consumidores qualificados, faz com que lugares que buscam se diferenciar terminem por se replicar, em um processo de homogeneização.

Buscando compreender os processos de criação, modificação e destruição de lugares, Harvey buscará harmonizar marxismo e fenomenologia. Através da discussão e análise das propostas de Heidegger sob uma ótica mais social, Harvey indaga, então, sobre a forma como Heidegger compreende o lugar e nota que, para este, a proximidade física não significa, necessariamente, a apropriação de algo (ou alguém) e que as mudanças nas relações espaciais são produtos da comoditização (*commodification*) e das mudanças no mercado. Apesar dessa aproximação aparente de Heidegger com o pensamento de Marx, Harvey afirma que o primeiro deixa de lado o mercado mundial buscando “meios de descobrir as verdades da existência humana fenomenologicamente” concentrando-se no conceito de *dwelling*. Sentir-se sem-lar (*homeless*) no mundo moderno,

em seu sentido mais amplo, seria perceber-se sem raízes, sem conexões com a terra-mãe (*homeland*). Um problema longe de ser resolvido através da construção de abrigos. Para Heidegger, “se perdemos nossa capacidade de *dwelling* perdemos nossas raízes e nos vemos separados de todas as fontes de nutrição espiritual” (HARVEY, 1996, p. 301). Portanto, a construção de lugares estaria ligada à recuperação das raízes e da arte de *dwelling*. As lembranças e as afeições seriam mais importantes na construção de lugares que os assuntos técnicos. Unindo-se com o ambiente e a política, o lugar seria, portanto, definido como o local da verdade de ser na natureza.

Harvey passa a criticar o argumento de Heidegger questionando a indefinição de suas prescrições e a própria significação de autenticidade (enraizamento). Esta seria produto do mundo industrializado moderno, pois “só emerge quando a industrialização moderna nos separa do processo de produção e encontramos o ambiente como uma *commodity* terminada” (*Ibidem*). A própria busca de autenticidade gerará uma necessidade de se inventar tradições e heranças culturais, em um processo artificial de preservação e reconstrução. Harvey afirmará, criticando Relph, que o lugar está se tornando mais, em vez de menos, importante.

Com relação à proposta de Heidegger de uma relação não-alienada e íntima com a natureza, Harvey argumenta que esta limitará o conhecimento das relações ambientais a uma pequena escala, sendo, portanto, “insuficiente para se entenderem processos sócio-ecológicos mais amplos ocorrendo em escalas que não possam se diretamente experienciadas e que, portanto, estão fora do alcance fenomenológico” (HARVEY, 1996, p. 303).

Harvey prossegue em sua análise procurando definir o lugar em relação à comunidade. A literatura fenomenológica sobre lugar, frequentemente, o associa com os conceitos de memória e identidade. A idéia de *lar* surge neste contexto como uma associação do homem com seu espaço existencial. Harvey questiona esta idéia contrapondo que existe um sentido mais amplo (e mais político) de *lar*, ligado aos sentimentos fortes e à idéia de saudade: a terra-mãe ou, como dizem os alemães, *Heimat*. É esta *homeland* que demarcará as fronteiras culturais e os fundamentos de uma cultura. Ambiente e cultura estariam, através da memória, interligados e influenciando um ao outro. A perda da terra seria equivalente a perda da identidade cultural.

Buscando uma articulação para uma construção do espaço que leve em conta o tempo (passado e futuro), a memória, a experiência do ambiente

e a capacidade de *dwelling* Harvey discutirá o conceito de *genius loci*. Este estaria baseado no conceito Heideggeriano de *dwelling* e representaria um elemento de significação, algo estável que se manteria relacionado ao lugar apesar de mudanças ocorridas nele. O *genius loci*, deste modo, daria individualidade aos lugares.

Harvey, valendo-se do trabalho de Loukali (1997), compreende *genius loci* como algo construído pela memória coletiva e, portanto, fazendo parte de instâncias políticas que buscam, através da construção de um passado, a formação do imaginário das possibilidades futuras.

O autor passa então a discutir o conceito de comunidade enquanto “discurso comum e práticas implícitas” (HARVEY, 1996, p. 311), considerado-o como uma versão estreita do comunitarismo, baseada no lugar e na integração face a face. O ideal de uma sociedade baseada no sentimento de comunidade – com raízes na tradição Heideggeriana – é, para Harvey, uma das causas do racismo e da desvalorização de classes. A idéia de comunidade está também associada aos grupos fechados – a prisão, o hospital, a escola – e às zonas de controle que produzem “corpos dóceis fechados e aprisionados nos mecanismos repressivos dos poderes disciplinares” (HARVEY, 1996, p. 312). O lugar, nestes casos, funcionaria como um terreno fechado pelo controle social, terreno este muito difícil de ser rompido na medida em que tenha adquirido sua permanência. Entretanto se, por um lado, o lugar, como *locus* da comunidade, pode gerar repressão e controle social, por outro ele pode ser o *locus* da mobilização dos poderes da comunidade e a base da revolução. Estas duas tendências poderiam se unir, segundo o autor, através de uma ponte entre as concepções de Marx e de Heidegger na qual o lugar seria “a celebração da diferença e da diversidade subordinadas a um arco de unidade” (*Ibidem*).

Harvey irá, então, sugerir uma compreensão dos dois autores buscando a similaridade em suas diferenças. Para Marx o lugar se define dentro da Geografia Histórica da acumulação de capital sendo um dos constituintes do “mundo espaço-temporal de intrincadas relações sociais e valorações universais” (HARVEY, 1996, p. 313). Este mundo espaço-temporal, entretanto, possui uma qualidade universal que precisa ser pensada em termos de uma estratégia político-econômica global. Isto não implica na negação do mundo da experiência, mas aponta a necessidade de se compreender processos globais de trocas econômicas que interferem em nossa vida diária. A construção do lugar está ligada (direta ou indiretamente) com o capital e

representa um “momento de consolidação de um regime de relações sociais, instituições e práticas político-econômicas de inspiração capitalista” (HARVEY, 1996, p. 314).

Heidegger, por outro lado, rejeita esta relação do lugar com o mundo “das *commodities*, do dinheiro, da tecnologia e da produção” (*Ibidem*) e se baseia na irredutibilidade do sentido do lugar, negando, deste modo, estratégia política global e evocando “a perda da comunidade autêntica, das raízes e do *dwelling* na vida moderna” (*Ibidem*). Este sentimento de perda ecoaria nas palavras de Relph quando este prega a valorização da relação com o lugar baseado em sua importância fundamental para a existência humana. Harvey alerta para o caráter exclusionário, paroquialista, contemplativo e “intensamente nacionalista” (*Ibidem*) proveniente deste tipo de sentimento e para o fato de Heidegger se recusar a admitir relações sociais mediadas como portadoras de qualquer autenticidade. As próprias experiências não poderiam ser comunicadas “além de certos limites, visto que a arte autêntica e o senso estético genuíno só podem surgir de um forte enraizamento no lugar” (HARVEY, 1996, p. 315). O lugar seria, portanto, conclui Harvey, o sítio de *othernesses* incomunicáveis.

Para Harvey, no entanto, estes argumentos devem ser encarados como oposições que contêm uma a outra. Se Marx percebe as experiências no lugar que não levem em conta o contexto global, como superficiais e capazes de levar para direções erradas, Heidegger por sua vez também vê o contexto global (o mundo das trocas de *commodities*) como causador da inautenticidade na vida cotidiana. Esta base comum de definição da raiz do problema poderia, para Harvey, ajudar na reconstrução de uma melhor compreensão do lugar se vista como oposições dialéticas.

O lugar seria então definido como um conjunto de artefatos ecológicos materiais e rede de relações sociais, como foco de desejos e crenças, de atividades discursivas ligadas a significados simbólicos e como produto do poder político e econômico institucionalizado. A construção do espaço estaria, deste modo, relacionada a todos estes procedimentos “capturados no fluxo comum do processo social” (HARVEY, 1996, p. 316). Lugares construídos no fluxo do capitalismo, como Nova Iorque, adquirem, através da interação desses processos, seu “sentido de lugar”. Do mesmo modo, lugares que expressam valores da comunidade sobrevivem através de acomodações “ao poder do dinheiro, à comoditização e acumulação de capital e a modernas tecnologias” (HARVEY, 1996, p. 318). Para Harvey, na criação de lugares através da história, a política



cultural está na raiz do “desejo pelo lucro e pelo ganho especulativo” (*Ibidem*). Deste modo, lugar e poder, este representado pelo poder político-econômico, estão intimamente ligados.

Buscando aprofundar a compreensão destas relações entre lugar e poder, Harvey analisa as razões pelas quais indivíduos e coletividade investem os lugares “com suficiente permanência para que se tornem o *locus* do poder social institucionalizado” (HARVEY, 1996, p. 320). A produção da diferenciação do poder no capitalismo adquire múltiplas nuances que irão se refletir, através da divisão social e territorial do trabalho, em movimentos contínuos e geralmente contraditórios. A resistência a este poder político irá gerar a necessidade de construção de lugares seguros como momentos fundamentais da batalha. A institucionalização destes lugares em *locus* de poder político e social, entretanto, trará à tona a necessidade de se estabelecer um imaginário que propicie “algum nível de coesão social, solidariedade e ordem institucionalizada” (HARVEY, 1996, p. 321). Crenças, valores e desejos são, portanto, elementos importantes na avaliação e hierarquização de lugares. Tais elementos, mediados pelas identidades individuais – constituídas de toda sorte de fantasias e representações “errôneas” – tendem a criar identidades fantasiosas para os lugares. Estas fantasias – e desejos e medos – irão gerar conseqüências materiais na representação de lugares. “As atividades materiais da construção do lugar podem, assim, preencher as profecias de degradação e abandono” (*Ibidem*), fazendo a fantasia se tornar realidade. Deste modo, a batalha discursiva sobre o significado e a representação do lugar é “tão fundamental para as atividades de construção do lugar quanto tijolos e argamassa” (HARVEY, 1996, p. 322).

### 3.2. Visão global

O pensamento de Harvey, em muitos sentidos, seguirá caminhos radicalmente opostos ao de Relph e, também, diferente base fenomenológica. A neutralidade científica será, para o autor, uma falácia, pois “o uso de um método científico particular é **necessariamente** fundado em ideologia e [...] qualquer pretensão a ser ideologicamente livre é **necessariamente** uma pretensão ideológica” (HARVEY, 1979, p. 156). Para Harvey, ao contrário do que postula a fenomenologia, o contexto planetário terá grande importância na produção e manutenção dos lugares. Estes refletirão, em sua organização interna e em suas interrelações, os processos socioculturais

globais. O capital, principalmente através de sua mobilidade, desempenhará, então, um importante papel na organização dos lugares e de suas relações. Os grandes períodos cíclicos da reorganização capitalistas passam a ser determinantes na organização e reorganização significativa dos lugares. O investimento do homem nos lugares é encarado como uma forma de luta e de resistência. O mercado mundial irá se sobrepor ao *dwelling* e ao enraizamento, dois conceitos que, para Harvey, dificilmente podem ser aplicados ao mundo moderno. A escala do lugar não daria conta da complexidade global do mundo moderno. Conceitos como lar, *genius loci* e *dwelling* são, deste modo, revistos e redimensionados sobre o pano de fundo de um mundo que perde suas fronteiras e se globaliza.

#### 4. Conclusão

Através da discussão e da análise do conceito de lugar e das diversas abordagens pelas quais ele tem passado (e vem passando), podemos perceber as grandes linhas de pensamento que perpassam o conhecimento geográfico.

Com a recuperação, revisão e recontextualização do conceito de lugar, Relph e a fenomenologia atualizaram uma série de questões e angústias que têm assombrado nossa sociedade. Conceitos como deslugaridade, lugares outrem-dirigidos, *disneyficação* e subtopia, por exemplo, buscam abordar e encontrar respostas para preocupações presentes em nossa vida cotidiana. A proposta de uma Geografia que enfrente estas questões e procure encarar o mundo com base em nossos sentimentos ligados a nosso espaço existencial, a nosso lar, a nossos horizontes de alcance, a nossas utopias, sonhos e medos, a nosso lugar, enfim, terá sido uma das maiores contribuições da fenomenologia e do existencialismo para a Geografia.

A abordagem realizada pelo materialismo histórico-dialético do conceito de lugar veio contribuir – através dos trabalhos de David Harvey – com uma nova perspectiva global sobre o assunto. Busca-se, deste modo, compreender as relações globais manifestadas em nosso espaço sem perder as duas perspectivas. Inautenticidade e globalização apontam novas respostas para nossas preocupações e, principalmente, novas perguntas que possam iluminar e esclarecer nossas relações com o espaço.

Novas maneiras de se abordar o espaço têm trazido à tona novas questões. As fotos da Terra tiradas pela astronave Apollo 17 irão, por exemplo, possibilitar uma fértil discussão em torno do significado de *one-*

*world* e *whole-earth* a COSGROVE (1994). A *Internet*, através da potencialização quase infinita das possibilidades de contatos, livres das limitações espaciais tradicionais, apontará para novas possibilidades de se compreender o espaço e o significado do lugar na sociedade atual. ADAMS (1997), em seu artigo abordando as “metáforas dos lugares virtuais”, reavalia os conceitos de lar e alcance ao perceber que, através do contexto eletrônico, o alcance passa a ser reconstituído no lar. Esta nova concepção do espaço irá gerar uma nova luta pela construção e manutenção de lugares. Termos como portal (*gateway*), sítio (*site*), domínio (*domain*), salas de *chat* (*chat rooms*) e espaço cibernético (*cyberspace*) deixam antever uma necessidade de definição espacial na organização significativa de um “mundo sem fronteiras”. Endereços eletrônicos (tais como <http://www.love-rio.com/samba>) não seriam uma espécie de sistema de coordenadas do espaço cibernético? *Home-pages* que reúnem pessoas interessadas em um determinado assunto, criando comunidades virtuais, não poderiam ser consideradas “foco de desejos e crenças, de atividades discursivas ligadas a significados simbólicos”, e, portanto, lugares, de acordo com a definição de Harvey? Estas mesmas *home-pages* não se constituiriam em “trabalhos com sítio [*site*] e clima”, e, portanto, lugares autenticamente criados de acordo com Relph? Ou a “virtual ausência de adaptação a condições locais” estaria, ainda segundo Relph, propiciando o surgimento de deslugares?

Com relação a nossa área de interesse – carnaval e festas populares – as discussões referentes ao conceito de lugar podem apontar caminhos e abordagens bastante consistentes além de suscitar questões que enriquecerão nossas pesquisas. Como se processa a apropriação do espaço e sua transformação cíclica em um lugar vivenciado afetivamente no período das festas? Quais os mecanismos que agem na transformação do espaço urbano cotidiano – identificado através de uma internidade comportamental, no espaço da festa – vivenciado através de uma internidade existencial? Até que ponto a própria apropriação do espaço urbano pela festa carnavalesca carioca e sua transformação no lugar da folia não seria essencial à própria sobrevivência de seus significados? Neste sentido, a construção de sambódromos, bumbódromos e outros espaços impostos às festas não poderia ser entendida como um processo de *disneyficação* e de criação do deslugar do carnaval, do bumba-meu-boi etc.? A questão da alegada descaracterização do carnaval carioca atual não poderia ser compreendida através do descompasso entre centramento (visão do *outsider*) e centralização (visão

do *insider*)? O lugar da festa carnavalesca e suas modificações através do tempo poderão ser compreendidos como expressão de uma batalha de poder na qual autenticidades estão sendo, continuamente, construídas?

Compreender todas estas questões e iluminá-las à luz do tempo-espaço da Geografia é uma proposta desafiante que precisamos enfrentar.

## **ILUMINANDO O LUGAR: TRÊS ABORDAGENS (RELPH, BUTTIMER E HARVEY)**

**Resumo:** Buscamos abordar, neste trabalho, certas visões do lugar e, com isso, trazer à luz algumas de suas principais relações. *Place and placelessness*, a já clássica obra de Edward Relph sobre o assunto, coloca-se como ponto central de nossas reflexões. A partir de sua compreensão, procuramos outras concepções do mesmo conceito, com o objetivo de perceber novas possibilidades em sua abordagem e, possivelmente, novos caminhos a serem trilhados.

As considerações de Anne Buttimer – de base fenomenológica similar a Relph – nos pareceram enriquecedoras na medida em que nos levam a compreender que uma mesma base teórica não levará, necessariamente, a mesmas conclusões.

David Harvey em sua abordagem de tendência marxista se apresentou como um contraponto necessário e esclarecedor à discussão dos conceitos abordados. Percebemos, neste caso, que o pressuposto de uma base teórica antagônica não desaguará, necessariamente, na negação pura e simples daquilo que se busca analisar. Novos modos de se encarar conceituações pré-existentes, como a de lugar por exemplo, podem atualizar antigos conceitos.

**Unitermos:** Lugar/Geografia Cultural/Fenomenologia.

## **ILLUMINATING THE PLACE: THREE APPROACHES (RELPH, BUTTIMER AND HARVEY)**

**Abstract:** The focus of this work is directed towards certain visions of the concept of place aiming to clear some of its internal relationships. *Place*



*and placelessness*, the already classical book of Edward Relph is approached as a starting point from which we searched other ways of understanding the concept of place. Our objective was to highlight other possibilities of highlighting this concept that could point to new ways of understanding it.

The phenomenological view of Anne Buttimer seemed to us an enriching one as it led us to comprehend that different conclusions could arise from a similar theoretical basis.

The Marxist influenced approach of David Harvey contributed to the discussion as an interesting counterpoint making clear that the addition of new theoretical basis wouldn't necessarily lead to the simple denial of the analyzed object. New ways of facing existing problems should enrich its understanding.

**Key words:** Place/Cultural Geography/Phenomenology.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Paul C. Cyberspace and virtual places. *The geographical review*. New York, v. 87, n. 2, p. 155-71, 1997.

BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas*. Buenos Aires: Emecé, 1974.

BUTTNER, Anne. Grasping the dynamism of lifeworld. *Annals of the association of american geographers*. New York, v. 66, n. 2, p. 266-76, 1976.

\_\_\_\_\_. Home, reach, and the sense of place. In: BUTTNER, A.; SEAMON, D. (Eds.). *The human experience of space and place*. New York: St. Martin's Press, 1980. p. 66-87.

COSGROVE, Denis E. Place, landscape, and the dialectics of cultural geography. *Canadian geographer*. Ottawa, v. 22, n. 1, p. 66-72, 1978.

\_\_\_\_\_. Contested global visions: one-world, whole-earth, and the Apollo space photographs. *Annals of the association of american geographers*. New York, v. 84, n. 2, p. 270-94, 1994.

ELLUL, J. *The technological society*. New York: Random House, 1967.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, David. Population, resources, and the ideology of science. In: GALE, Stephen; OLSSON, Gunnar (Eds.). *Philosophy in geography*. Dordrecht: D. Reidel, 1979. p. 155-85.

\_\_\_\_\_. *Consciousness and the urban experience: studies in the history and theory of capitalist urbanization*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

\_\_\_\_\_. From space to place and back again. In: *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996. p. 291-326.

HEIDEGGER, Martin. *Être et temps*. Paris: Gallimard, 1986.

HOLT-JENSEN, Arild. *Geography: it's history and concepts*. London: Harper & Row, 1980.

HOLZER, Werther. *A Geografia humanista: sua trajetória de 1950 a 1990*. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. In: BERLINK, Marilena de Souza Chauí (Ed.). *Immanuel Kant: crítica da razão pura e outros textos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores, v. XXV).

LOUKALI, Argyro. Whose genius loci?: contrasting interpretations of the sacred rock of the Athenian Acropolis. *Annals of the association of american geographers*. New York, v. 87, n. 2, p. 306-29, 1997.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1976.

MOLES, Abraham . *O kitsch*. São Paulo: Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

NAIRN, I. *The american landscape*. New York: Random House, 1965.

RELPH, Edward. Humanism, phenomenology, and geography. *Annals of the association of american geographers*. New York, v. 67, n. 1, p. 177-9, 1977.

\_\_\_\_\_. *Place and placelessness*. London: Pion, 1980.

RUSS, Jacqueline. *Dictionnaire de philosophie*. Paris: Bordas, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *L'être et le néant*. Paris: Gallimard, 1976.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Eds.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 12-74.

Recebido em: 10.12.2001

Aceito em: 09.02.2002